

# Os índios, na guerra dos miseráveis

**CARLOS AUGUSTO GOUVEA**  
Enviado especial

Aqui, as dificuldades para um visitante começam no pouso de um avião. O reduzido aeroporto dificilmente pode ser visualizado entre a espessa névum de fumaça das queimadas feitas pelos fazendeiros para abrir seus pastos. No chão, os peões embriagados, dos mais diversos pontos do Norte e Nordeste do País, se confundem com o gado solto pelas ruas, para compor um cotidiano que poderia tranquilamente ser definido como de extrema monotonia, não fosse pela constância em que ocorrem tiroteios, geralmente com vítimas fatais e pela sempre presente possibilidade de atritos com os índios habitantes do Parque Nacional do Xingu.

Aqui é um lugar que abandonou seu nome oficial para ser conhecido por toda a região como São José do Banguê-banguê. Ou simplesmente Banguê-banguê, e que, na sexta-feira da semana retrasada, deixou o anonimato para se tornar nacionalmente conhecido com a morte de onze peões que trabalhavam no roçado de uma fazenda, abatidos pelas bordunas de índios das tribos que ocupam o Norte do parque. Txucarramãe, crainhacaro, cajabi, sulá e juruna, cinco nações que lutam pelo espaço a que têm direito, uma "guerra de miseráveis", como definiu o delegado Jaime de Paula Ferreira, que chefiava a equipe da Polícia Federal encarregada de investigar o episódio.

Entre índios e peões, as vítimas maiores de um conflito de decretos de delimitação da área do parque, estão cerca de 50 fazendeiros, todos pequenos proprietários (a maior fazenda da área tem, no máximo, dois mil hectares) que, como explica Sérgio Mourão, dono de uma faixa de 700 hectares e 150 cabeças de gado, "não podem pensar em perder o que tem, sob pena de não encontrar uma maneira de criar os filhos". Com efeito, poucos dos proprietários da área conflitada do Norte do Parque Nacional do Xingu tem recursos além de suas terras, e, o mais importante, todos são portadores de credores negativos que lhes garantem a posse de suas propriedades expedidas pela própria Funai, como é o caso da fazenda São Luís, palco da morte dos onze peões, legalizada pela certidão número 0027/73, assinada pelo ex-presidente do órgão, general Oscar Bandeira de Melo.

A maioria desses fazendeiros aceitaria de bom grado uma indenização para entregar suas propriedades, desde que o cálculo fosse feito também com base no imposto territorial que pagam, e não se considerando apenas as benfeitorias existentes, como tem sido a prática da Funai. Uns poucos, e estes ligados a outras fazendas da região, mas fora da área discutida, argumentam que se o governo ceder às pressões dos índios, inevitavelmente outras exigências surgirão. Da parte dos fazendeiros, há várias.

"Botar o índio na escola", "criar uma polícia de brancos para garantir a segurança da área", "permitir ao índio trabalhar para os brancos e ganhar seu próprio dinheiro", "acabar com os sertanistas,

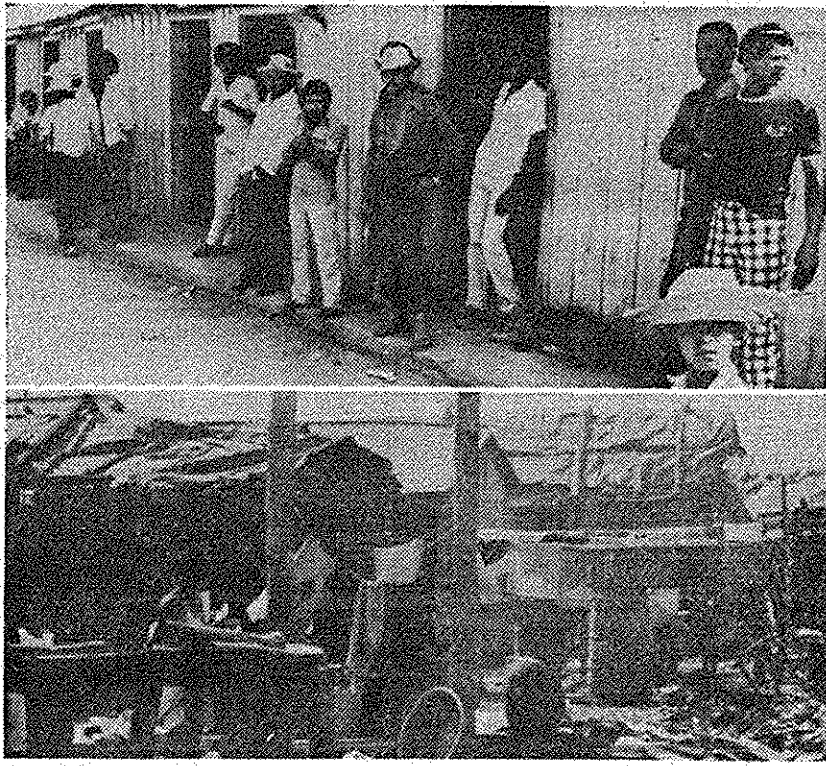
que são uns agitadores", "botar o Exército brasileiro para controlar a questão, para resolver o problema como foi resolvido nos Estados Unidos". Sugestões dos fazendeiros ao presidente da Funai, coronel Nobre da Veiga, que as rechaçou com veemência, talvez por não querer que um seu companheiro de farda venha a ser visto ao longo da história com o mesmo peso negativo hoje atribuído ao general Custer, responsável por grande matança dos índios norte-americanos.

No fundo das propostas dos fazendeiros está uma questão há muito discutida no País: a emancipação dos índios. Na clareza do raciocínio de Dionísio Meireles, um comerciante de São José do Bang-Bang e também fazendeiro, uma objeção clara: "Seria bom para os fazendeiros se a Funai permitisse aos índios trabalhar para as fazendas. No fundo, o índio é pouco exigente, se contentaria com pouco dinheiro, e os peões, que vivem criando confusões, poderiam ser dispensados. E tem ainda a vantagem de que índio conhece a região e o trabalho no mato. Seria uma beleza".

Os peões mortos na fazenda São Luís estavam contratados pelo "gato" (empregado de peões) Benedito Holanda, um nordestino que de tanto tratar pessoas acometidas de malária e outras doenças típicas da região acabou por se constituir na única "autoridade sanitária" de São José do Bang-Bang. Ganhavam dois mil cruzeiros para roçar o que é chamado na região de "alqueirão", ou seja, entre quatro ou cinco hectares, tarefa que exige cinco dias de trabalho duro de dois homens. Para cada alqueirão, Benedito Holanda recebe seis mil cruzeiros dos fazendeiros, o que lhe garante um lucro de quatro mil cruzeiros. Mas, como procura fazer crer o próprio "gato", "lucro mesmo não dá, porque a comida está cara e a gente tem de comprar remédio para tratar dos peões". No dia em que morreram os peões havia chegado na fazenda São Luís a alimentação da semana seguinte: feijão, arroz e peixe salgado.

Talvez a solução tenha sido apresentada pelo cacique Raoni, dos txucarramãe, que chegou a ser apontado pela própria Funai como o comandante do massacre através de nota oficial à imprensa. Raoni, que apenas determinou aos seus guerreiros "um susto nos peões", com a autoridade que lhe confere o pronto obediência de qualquer ordem na sua aldeia, com o prestígio auferido por um filme distribuído internacionalmente a seu respeito, dirigidos pelos cineastas Jean Pierre Dutilleul e Luís Carlos Saldanha, e com o respeito nacional que conseguiu ao dar um puxão na orelha do ex-presidente da Funai, general Ismarth Araújo, disse à imprensa de Brasília na última quarta-feira:

"Tem branco bom, tem branco ruim. Tem índio bom, tem índio ruim. Mas as terras eram nossas brancos tomaram. Os brancos criaram o Parque do Xingu. Agora torem conta dele. Se ele acabar, os índios acabam. Nós vamos brigar todos juntos para que isto não aconteça. Eles são índios e eu também. Eu sou Raoni".



Na cidade de São José do Bang Bang, índios marginalizados e peões desempregados dividem a miséria

Fotos Sérgio Borges

## Estradas e fazendas, motivos para atritos

Durante a cerimônia de inauguração do trecho da rodovia Brasília-Manaus, às margens do rio Xingu em 1971, apenas as figuras contrariadas do cacique txucarramãe Raoni e de outros poucos índios contrastavam com a euforia reinante. Dezenas de pequenos aviões pousaram neste dia na estrada e o então ministro do Interior, Costa Cavalcanti, dirigindo pessoalmente um trator, colocou-o numa balsa que atravessou o rio, iniciando o trabalho de construção do segundo trecho da estrada, até a localidade de Cachimbo.

O projeto da imponente rodovia que ligaria Brasília a Manaus chegando até a fronteira da Colômbia foi abandonado, logo em seguida por sua inviabilidade técnica. No seu último trecho, em consequência dos inúmeros cursos d'água e regiões pantanosas existentes, ela exigiria a aplicação de um volume tão grande de recursos para obras de aterro que o projeto original acabou abandonado. A contravertida BR-080 passou então a cumprir, ao longo do trecho Xavantina-Cachimbo, o papel de ponto de apoio às dezenas de empresas agropecuárias instaladas na área, atraídas pelos incentivos fiscais da Superintendência de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste—Sudeco.

O apoio a essas fazendas deu origem aos atritos da Funai com os dirigentes do Parque Nacional do Xingu, na ocasião, Orlando e Cláudio Villas Boas, que chegaram a sugerir que ela fosse chamada "Sebatião Camargo Júnior", o superintendente da Sudeco, que, com o apoio do então ministro do Interior, Costa Cavalcanti, alterou o traçado original da estrada para atender algumas agropecuárias, cortando o parque indígena. Os Villas Boas diziam que este nome precisaria ser lembrado pelas gerações futuras, para apontar o responsável pela destruição do indígena xinguanos.

Apesar do protesto de indígenas do mundo inteiro, um decreto presidencial assinado em 1971 desmembrou toda a área Norte do Parque do Xingu, que foi separada pela estrada, deixando fora da área indígena um grupo de índios txucarramãe, que vive no rio Jarina. Os índios, já no dia da inauguração da BR-080, diziam irritados que não queriam a estrada no parque, pois ela iria espantar a caça e levar doenças para os índios.

Desde essa época, os txucarramãe que vivem dentro dos limites do parque no posto indígena Cretire começaram a fazer ameaças, prometendo matar os brancos que invadissem suas terras. Mas, somente no final de 1973 ocorreu o primeiro ataque indígena que pegou de surpresa os 50 moradores do povoado que nascia na margem direita do rio, no mesmo local onde houve o churrasco de inauguração da estrada,

em 1971. Não houve mortes, embora o sertanista Sidney Possuelo tenha sido obrigado a passar alguns minutos com o cano do revólver de um dos proprietários de terra na área enfiado em sua boca. Os índios trocaram tiros com o pessoal de Piarucu e depois jogaram a caminhonete de um deles dentro do rio. Disseram ainda que não admitiriam mais que continuasse existindo um povoado ali. Os índios estavam revoltados, porque os txucarramãe do Jarina, que às vezes frequentavam a estrada, foram acometidos de um surto de sarampo que atingiu toda a comunidade.

Após essa época, apesar do protesto dos índios, algumas fazendas começaram a ser implantadas na margem direita do Xingu, de forma bastante lenta no início, principalmente pela precariedade de acesso, pois a BR-080, a maior parte do ano, fica intransitável.

No entanto, apesar de ter sido mais intenso o processo de ocupação da margem direita do Xingu, foi uma fazenda localizada na margem esquerda, instalada na área antes da construção da rodovia que foi objeto de um violento ataque dos txucarramãe do PI Jarina, em fevereiro de 1977, quando foram mortos dois peões. Os chefes indígenas, Crumari e Gremuro, diziam, na ocasião, que os índios queriam retomar os antigos limites de suas terras, que, pelo decreto de 1961, que criou o Parque Nacional do Xingu, englobavam a área da fazenda atacada, Agropexin, estendendo-se além da cachoeira Von Martius.

Os chefes indígenas estiveram em Brasília e depois de longas conversações com o presidente da Funai na época, o general Ismarth de Araújo Oliveira, chegaram a um acordo com o governo. Toda a faixa direita do rio reivindicada pelos índios englobando a Agropexin seria devolvida aos txucarramãe, voltando a ligar estas terras ao Parque do Xingu. A situação da margem direita ficou indefinida, embora os índios de tempos em tempos também reclamassem a sua posse.

Nos últimos anos, o próprio cacique Raoni, Megaron e outros líderes txucarramãe foram a Brasília para pedir providências nesse sentido, afirmando que os fazendeiros estavam promovendo extensas queimadas, espantando a caça e queimando a mata. O último presidente da Funai, Adhemar Ribeiro da Silva, chegou a elaborar um esboço de projeto que atenderia às reivindicações dos indígenas. A BR-080 teria o seu traçado alterado e não mais atravessaria a área indígena. Ribeiro da Silva saiu da Funai desgostoso e a atual administração encontrou uma situação agravada ainda mais com a existência de pelo menos 22 fazendas na área reivindicada pelos índios.

Da sucursal de Brasília